

**Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF**

Núcleo de Informações Estratégicas – NIE

Secretaria de Tecnologia da Informação – STI

Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 1 de 19

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL****PROJETO BÁSICO N.º 11/2022****OBJETO**

Contratação da Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (DATAPREV) para prestação de serviço, compreendendo a distribuição de informações de cadastro com tecnologia *Blockchain* e o fornecimento de acesso e infraestrutura tecnológica de alto desempenho, capacidade e disponibilidade voltada para o compartilhamento e atualização de dados da base cadastral (b-CPF e b-CNPJ), em meio seguro.

**PROCESSO**

00600-00003198/2022-29-e

**ESTIMATIVA**

R\$56.631,60

**REGIME**

CONTRATAÇÃO DIRETA

**TIPO**

DISPENSA DE LICITAÇÃO

**EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO****ÁREA ADMINISTRATIVA**

Oswaldo Junqueira Vaz Júnior

Darlan Lima Carneiro

**TELEFONE:** (61) 3314-2870**EMAIL:** spc@tc.df.gov.br**ÁREA TÉCNICA**

Frederico Figueira Nardotto

**TELEFONE:** (61) 3314-2659**EMAIL:**

fred@tc.df.gov.br



## **Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF**

Núcleo de Informações Estratégicas – NIE

Secretaria de Tecnologia da Informação – STI

Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 2 de 19

### **1. DEFINIÇÃO DO OBJETO**

1.1. Contratação da Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (DATAPREV) para prestação de serviço, compreendendo a distribuição de informações de cadastro com tecnologia Blockchain e o fornecimento de acesso e infraestrutura tecnológica de alto desempenho, capacidade e disponibilidade voltada para o compartilhamento e atualização de dados da base cadastral (b-CPF e b-CNPJ), em meio seguro.

### **2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

#### **2.1. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1.1. **Provimento meios para acesso às bases de dados da Receita Federal do Brasil – RFB, para subsidiar as atividades estratégicas do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF), por intermédio de geração de relatórios de inteligência,** bem como outras atividades de Auditores de Controle Externo e da Secretaria de Sessões.

#### **2.2. MOTIVAÇÃO**

##### **2.2.1. Razões de Direito**

2.2.1.1. Nos termos do art. 21-A do Regulamento dos Serviços Auxiliares, aprovado pela Resolução TCDF nº 273/2014, compete à Secretaria de Tecnologia da Informação (STI) auxiliar o Tribunal na formulação de políticas e diretrizes na área de Tecnologia da Informação, bem como na distribuição dos recursos tecnológicos, coordenando e implementando as atividades e soluções delas decorrentes, bem como planejar a aquisição, contratação ou locação de recursos de Tecnologia da Informação de que o Tribunal necessite, além de zelar pela segurança e integridade dos sistemas, dados e informações constantes em bases de dados corporativos.

2.2.1.2. O art. 34 do Regulamento dos Serviços Auxiliares, aprovado pela Resolução TCDF nº 273/2014, dispõe que “ao Núcleo de Informações Estratégicas compete”:

2.2.1.2.1. **Inciso I** – elaborar ações e estratégias de pesquisa e auditoria, exclusivamente por meio da obtenção, sistematização e análise de dados



## **Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF**

Núcleo de Informações Estratégicas – NIE

Secretaria de Tecnologia da Informação – STI

Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 3 de 19

coletados, oriundos de base de dados própria ou custodiadas, visando à produção de conhecimento para tomada de decisões que resultem em aumento de efetividade das ações de controle externo e na prevenção de danos ao erário;

2.2.1.2.2. **Inciso II** – coletar, tratar, armazenar e sistematizar dados e informações, métodos, técnicas e procedimentos avançados de auditoria e fiscalização, aplicáveis ao controle externo;

2.2.1.2.3. **Inciso IV** – mediante autorização da Presidência, cooperar com o intercâmbio de dados e conhecimentos entre unidades de informações estratégicas, os quais serão classificados quanto ao sigilo em virtude de seu valor estratégico e valorados quanto à confiabilidade da fonte e à veracidade do conteúdo.

### **2.2.2. Razões de Fato**

2.2.2.1. O TCDF, no cumprimento de sua missão institucional, realiza o controle externo dos órgãos e entidades da Administração do DF.

2.2.2.2. O NIE é unidade que subsidia a atuação do controle externo por meio da sistematização e análise de informações, promovendo o intercâmbio de dados entre unidades estratégicas de modo a subsidiar suas atividades.

2.2.2.3. Atualmente o TCDF possui o contrato nº 12/2021, firmado com o Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO, para acesso às bases CPF e CNPJ da Receita Federal do Brasil – RFB, via HOD.

2.2.2.4. Todavia, o acesso via HOD consubstancia consultas pontuais às bases, não constituindo o acesso necessário para atender às necessidades do NIE, que precisa obter o acesso às informações das bases de uma só vez, para que essas possam ser manipuladas com vistas à produção de relatórios de inteligência.

2.2.2.5. **Não obstante**, a presente contratação vem complementar os serviços previstos no contrato nº 12/2021, salientando-se que algumas funcionalidades do



## **Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF**

Núcleo de Informações Estratégicas – NIE

Secretaria de Tecnologia da Informação – STI

Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 4 de 19

acesso via HOD não existirão na presente contratação.

2.2.2.6. **Por todo exposto**, para realização das atribuições elencadas é necessária a contratação de serviço de acesso as bases b-CPF e b-CNPJ da Receita Federal do Brasil, por meio de tecnologia blockchain, sendo os dados imprescindíveis para geração de relatórios de inteligência do NIE.

### **2.3. RESULTADOS A SEREM ALCANÇADOS**

2.3.1. Acesso a dados cadastrais dos responsáveis por bens e valores públicos no Distrito Federal, bem como, dos citados durante a ação de fiscalização do TCDF.

2.3.2. Subsidiar as atividades do NIE com vistas à produção de relatórios de inteligência.

2.3.3. Prover as unidades estratégicas de informações e dados necessários à plena execução de suas atribuições.

### **2.4. DA JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DA SOLUÇÃO (DATAPREV)**

2.4.1. Trata-se de serviço provido por empresa pública vinculada ao Ministério da Economia, com vistas ao compartilhamento de dados entre os vários órgãos da Administração Pública.

2.4.2. Os dados pertencem a RFB e os meios de compartilhamento são disponibilizados aos órgãos que necessitem por adesão, sendo o acesso às bases b-CPF e b-CNPJ, via blockchain, viabilizado pela DATAPREV por meio de dispensa de licitação.

2.4.3. O TCDF necessita dos dados para manipular as informações na construção de relatórios de inteligência do NIE, restando premente a adesão aos serviços em tela, salientando-se que o acesso via HOD não satisfaz as necessidades do NIE.

## **3. DESCRIÇÃO DO OBJETO**

### **3.1. REQUISITOS FUNCIONAIS**

3.1.1. Contratação da Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência – DATAPREV para prestação de serviço, compreendendo a distribuição de informações de cadastro com



## **Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF**

Núcleo de Informações Estratégicas – NIE

Secretaria de Tecnologia da Informação – STI

Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 5 de 19

tecnologia Blockchain e o fornecimento de acesso e infraestrutura tecnológica de alto desempenho, capacidade e disponibilidade voltada para o compartilhamento e atualização de dados da base cadastral (b-CPF e b-CNPJ), em meio seguro.

3.1.2. O serviço contratado deve proporcionar ao TCDF, durante a vigência do contrato, acesso para leitura as redes blockchain privadas b-CPF e b-CNPJ, bem como a implantação de cada uma delas.

### **3.2. DOS REQUISITOS NÃO FUNCIONAIS**

3.2.1. O serviço deve estar disponível em tempo integral (24 horas x 7 dias por semana), exceto **durante as janelas de manutenção programada previamente informadas, que ocorrem normalmente em finais de semana e feriados.**

3.2.2. A CONTRATADA disponibilizará uma Central de Serviços para registro de reclamações ou esclarecimentos sobre o uso do sistema, por meio de telefone **0800**, correio-eletrônico e/ou página na internet.

### **3.3. SOLUÇÕES DISPONÍVEIS NO MERCADO E JUSTIFICATIVA DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA**

3.3.1. Existem outras formas de acesso às bases da RFB, mas via tecnologia *blockchain* o acesso as bases b-CPF e b-CNPJ possibilitam a observação de todas as informações de uma só vez, atendendo a necessidade de trabalhar essas informações na construção de relatórios derivados, que subsidiarão várias das atividades estratégicas do TCDF.

## **4. DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E INSTRUMENTO DE AJUSTE**

### **4.1. DO MODELO DE FORNECIMENTO DO OBJETO**

4.1.1. Para a execução da contratação, será implementado o método de trabalho baseado no conceito de delegação de responsabilidade. Esse conceito define o CONTRATANTE como responsável pela gestão do contrato e pela verificação de aderência dos produtos e serviços entregues aos padrões de qualidade exigidos; e a CONTRATADA como responsável pela execução dos serviços e gestão dos recursos humanos necessários.

4.1.2. Para execução dos serviços objeto do presente instrumento, deverão ser observados



**Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF**  
Núcleo de Informações Estratégicas – NIE  
Secretaria de Tecnologia da Informação – STI  
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 6 de 19

os requisitos funcionais (especificações técnicas) e não funcionais aqui estabelecidos.

## 4.2. DO INSTRUMENTO DE AJUSTE

4.2.1. Sem prejuízo do Capítulo III da Lei nº 8.666/93, o presente instrumento e a proposta do contratado serão parte integrante da Nota de Empenho de Despesa e do Contrato a ser assinado.

## 4.3. DO LOCAL DE ENTREGA DOS PRODUTOS/PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.3.1. A disponibilização da solução consistirá na implantação de redes *blockchain* privadas (b-CPF e b-CNPJ) para acesso do representante do TCDF, que irá atuar como Encarregado pela Proteção de Dados Pessoais (EPD/DPO).

4.3.2. A CONTRATADA oferecerá todo o suporte e auxílio para que o representante do TCDF possa fazer uso da solução e das informações das bases.

## 5. MECANISMOS DE GESTÃO CONTRATUAL

### 5.1. DOS PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

5.1.1. Para a execução do contrato, será implementado o método de trabalho baseado no conceito de delegação de responsabilidade. Esse conceito define o CONTRATANTE como responsável pela gestão do contrato e pela verificação de aderência dos produtos e serviços entregues aos padrões de qualidade exigidos; e a CONTRATADA como responsável pela execução dos serviços e gestão dos recursos humanos necessários. A execução dos serviços contratados, por parte do CONTRATANTE, pressupõe a existência dos seguintes papéis e responsabilidades:

5.1.1.1. **GESTOR DO CONTRATO:** servidor com atribuições gerenciais, designado para coordenar e comandar o processo de gestão e fiscalização da execução contratual, indicado por autoridade competente;

5.1.1.2. **FISCAL TÉCNICO DO CONTRATO / Encarregado pela Proteção de Dados Pessoais (EPD/DPO):** servidor do NIE designado pelo CONTRATANTE para a fiscalização técnica da execução contratual e pela verificação dos resultados pretendidos;



## **Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF**

Núcleo de Informações Estratégicas – NIE

Secretaria de Tecnologia da Informação – STI

Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 7 de 19

5.1.1.3. **FISCAL ADMINISTRATIVO DO CONTRATO:** servidor representante da Área Administrativa, indicado pela autoridade competente dessa área para fiscalizar o contrato quanto aos aspectos administrativos;

5.1.1.4. **PREPOSTO:** representante da CONTRATADA, responsável por acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à contratante, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento.

## **5.2. DEVERES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE**

5.2.1. Receber o objeto do contrato e atestar a Nota Fiscal/Fatura.

5.2.2. Efetuar o pagamento devido, após o adimplemento da obrigação, mediante Nota Fiscal devidamente atestada, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do ajuste.

5.2.3. Exercer a fiscalização dos serviços prestados.

5.2.4. Informar à CONTRATADA, oficialmente, quaisquer falhas verificadas no cumprimento da contratação.

5.2.5. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes, que venham a ser solicitados pelos empregados da CONTRATADA ou por seu preposto.

5.2.6. Atender as solicitações de esclarecimentos e pedidos de informações em tudo quanto for necessário à fiel execução dos serviços.

5.2.7. Relacionar-se com a CONTRATADA, exclusivamente, por meio de pessoa por ela credenciada.

5.2.8. Informar à CONTRATADA, oficialmente, quaisquer falhas verificadas na execução do objeto da presente contratação.

## **5.3. DEVERES E RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA**

5.3.1. Manter todas as condições de habilitação e de qualificação exigidas no procedimento



**Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF**

Núcleo de Informações Estratégicas – NIE

Secretaria de Tecnologia da Informação – STI

Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 8 de 19

de contratação direta, durante o período de vigência contratual, e sujeitar-se a outras obrigações previstas no Código de Proteção e Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90), que sejam compatíveis com o regime de Direito Público.

5.3.2. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da presente contratação, conforme inciso VI do art.78 da Lei nº 8.666/93.

5.3.3. Prestar os serviços em conformidade com as especificações técnicas estabelecidas, na forma indicada na Nota de Empenho e em condições de uso, no prazo previsto, contados do recebimento da Nota de Empenho.

5.3.4. Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento dos serviços especificados no presente Projeto Básico e na Proposta Comercial, utilizando-se de empregados treinados e devidamente habilitados para sua execução.

5.3.5. Responsabilizar-se pelas despesas referentes a tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, transportes, embalagens, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham incidir na execução do ajuste.

5.3.6. Indicar profissional para, sem prejuízo de suas atividades, atuar como preposto da CONTRATADA junto ao CONTRATANTE.

5.3.7. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias na contratação objeto da presente licitação, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contratado.

5.3.8. Fornecer ao CONTRATANTE todas as informações que este considere necessárias à fiel execução de suas obrigações contratuais, bem como àquelas essenciais ao desempenho e à confiabilidade do objeto contratado.

5.3.9. Acatar as recomendações e solicitações efetuadas pela fiscalização do contrato, atinentes ao atendimento da presente contratação.

5.3.10. Comunicar ao CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente, além de outras ocorrências relevantes, em tempo hábil para as devidas providências saneadoras.





## **Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF**

Núcleo de Informações Estratégicas – NIE

Secretaria de Tecnologia da Informação – STI

Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 9 de 19

5.3.11. Ressarcir o CONTRATANTE por quaisquer danos ou prejuízos causados à Administração, por sua culpa ou dolo, em decorrência da execução do contrato, nos termos do art. 70 da Lei nº 8.666/1993.

5.3.12. Recolher, no prazo estabelecido, valores referentes a penalidades de multas que, eventualmente, lhe sejam aplicadas, por meio de procedimentos administrativos, decorrentes de descumprimento das obrigações contratuais.

### **5.4. DA FISCALIZAÇÃO**

5.4.1. A fiscalização e controle da prestação dos serviços objeto deste Instrumento serão exercidos por comissão ou servidor do TCDF, legalmente habilitados e designados para desempenhar esta função, com poderes para praticar quaisquer atos que se destinem a preservar os direitos do CONTRATANTE, além das atribuições elencadas no art. 2º da Instrução TCDF nº 03, de 22.12.1997.

5.4.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive resultante de imperfeições técnicas, vícios ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e na ocorrência destes, não implica corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes.

5.4.3. Sem prejuízo de outras atribuições legais, poderá a fiscalização do CONTRATANTE:

5.4.3.1. Determinar as medidas necessárias e imprescindíveis à correta execução do objeto contratado, bem como fixar prazo para as correções das falhas ou irregularidades constatadas; e

5.4.3.2. Sustar quaisquer fornecimentos que estejam sendo realizados em desacordo com o especificado neste Instrumento, ou ainda que possam atentar contra o sigilo de informações, a segurança de pessoas ou bens do CONTRATANTE.

5.4.4. As decisões e providências que ultrapassarem a competência da fiscalização do presente ajuste deverão ser autorizadas pela autoridade competente em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.



## **Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF**

Núcleo de Informações Estratégicas – NIE

Secretaria de Tecnologia da Informação – STI

Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 10 de 19

### **5.5. DOS PRAZOS E CONDIÇÕES**

5.5.1. O prazo para implantação da rede privada blockchain e disponibilização de acesso ao representante do TCDF será, **no máximo**, 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da Nota de Empenho.

5.5.2. O prazo de vigência do ajuste fica adstrito ao seu exercício financeiro, podendo ser prorrogado, desde que as despesas a ele referentes sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro do ano corrente, permitindo-se a inscrição em restos a pagar.

5.5.3. Nos termos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666/1993, os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega poderão ser prorrogados, devendo ser mantidas as demais cláusulas do ajuste e assegurada a manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro.

### **5.6. DO RECEBIMENTO DO OBJETO**

5.6.1. O objeto contratado será recebido por servidor, ou comissão, designados pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, observado o disposto no art. 69 da Lei 8.666/1993, da seguinte forma:

5.6.1.1. **PROVISORIAMENTE**, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto contratado com as especificações exigidas;

5.6.1.2. **DEFINITIVAMENTE**, no prazo de até 05 (cinco) dias de observação, contados a partir do primeiro dia útil seguinte ao do recebimento provisório, desde que verificada a qualidade e quantidade do objeto contratado para a consequente aceitação.

5.6.2. Em caso de conformidade, o servidor ou comissão autorizará o pagamento, emitindo o aceite definitivo do objeto.

5.6.3. Qualquer não conformidade quanto ao objeto contratado, apontada pelo servidor, ou comissão, acarretará o não recebimento definitivo. O servidor ou comissão discriminará em termo circunstanciado, em 2 (duas) vias, as irregularidades encontradas, ficando a CONTRATADA com o recebimento de uma das vias para as devidas providências até o prazo previsto para o adimplemento da obrigação, cientificada de que está passível das



## **Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF**

Núcleo de Informações Estratégicas – NIE

Secretaria de Tecnologia da Informação – STI

Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 11 de 19

penalidades cabíveis previstas no presente Instrumento.

5.6.4. À CONTRATADA caberá sanar as irregularidades apontadas no recebimento, até o prazo previsto para o adimplemento da obrigação, submetendo o objeto impugnado à nova verificação, ficando suspenso o pagamento até a execução das correções necessárias, sem prejuízo de aplicação das penalidades cabíveis.

5.6.5. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança com relação ao objeto contratado, nem ético-profissional pela perfeita execução do ajuste, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo presente Instrumento.

### **5.7. DO PAGAMENTO**

5.7.1. Mensalmente, ocorrendo o adimplemento da obrigação, a CONTRATADA emitirá Nota Fiscal que, após a devida atestação, será objeto de pagamento a ser processado no prazo de até **15 (quinze)** dias úteis, mediante Ordem Bancária creditada em conta corrente indicada pela CONTRATADA.

5.7.2. Nos termos do Protocolo ICMS 42, de 03.07.2009, os contribuintes enquadrados nos códigos da Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE – descritos no Anexo Único do referido Protocolo, deverão utilizar a Nota Fiscal eletrônica (NF-e) prevista no Ajuste SINIEF 07/**2005**, de 30.09.2005, em substituição à Nota Fiscal, modelo 1 ou 1-A, salvo nas hipóteses previstas naquele Protocolo.

5.7.3. Nos termos do art. 3º, §4º da Portaria nº 403/**2009** da então Secretaria de Estado da Fazenda do Distrito Federal, com redação dada pela Portaria SEF/DF nº 259/**2013**, a obrigatoriedade de emissão de Nota Fiscal Eletrônica - NF-e em substituição à Nota Fiscal modelo 3 aplica-se, também, às prestações de serviços sujeitos ao ISS para a Administração Pública direta ou indireta, inclusive empresa pública e sociedade de economia mista, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, para fatos geradores ocorridos a partir de 1º de abril de 2014.

5.7.4. Para que seja efetivado o pagamento deverá ser verificada a regularidade da empresa perante a Fazenda do Distrito Federal, a Fazenda Nacional, a Caixa Econômica Federal quanto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF/CEF) e a Justiça Trabalhista (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT). Nesse sentido, é



## **Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF**

Núcleo de Informações Estratégicas – NIE

Secretaria de Tecnologia da Informação – STI

Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 12 de 19

necessária a apresentação das Certidões Negativas de Débitos, emitidas pelos respectivos órgãos, em plena validade, caso as apresentadas na habilitação estejam vencidas.

5.7.5. Havendo erro no documento de cobrança, ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, essa ficará pendente e o pagamento sustado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso, quaisquer ônus por parte do CONTRATANTE.

5.7.6. Caso o CONTRATANTE não cumpra o prazo estipulado no item 5.7.1, pagará à CONTRATADA atualização financeira de acordo com a variação do IGP-DI da Fundação Getulio Vargas, proporcionalmente aos dias de atraso.

5.7.7. Se a CONTRATADA for optante pelo Simples Nacional, essa condição deverá ser informada na Nota Fiscal/Fatura, sob pena de ter retidos na fonte os tributos incidentes sobre a operação, relacionados no art. 13 da Lei Complementar nº 123/2006.

5.7.8. Nenhum pagamento será feito à CONTRATADA, caso o(s) fornecimento(s) seja(m) rejeitado(s) pela fiscalização do ajuste, devendo esse(s) ser substituído(s) ou corrigido(s) pela CONTRATADA de modo a obter a aprovação da fiscalização, quando for o caso.

5.7.9. Nos termos da Lei Distrital nº 5.319/2014, o contribuinte do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, ainda que imune ou isento, cuja sede, ou matriz econômica, seja estabelecida em outra unidade da federação, sem filial no Distrito Federal, mas que, por força de contrato, convênio ou termo, vise à prestação de serviços no Distrito Federal, em caráter permanente ou temporário, fica obrigado a inscrever-se no Cadastro Fiscal do Distrito Federal - CF/DF.

### **5.8. DO REAJUSTE DE PREÇOS**

5.8.1. O reajuste de preços será feito pela aplicação do **ICTI/IPEA**, conforme fórmula prevista em contrato, ou por índice equivalente estabelecido pelo Governo Federal.

### **5.9. DA GARANTIA CONTRATUAL**

5.9.1. Não será exigida a garantia contratual prevista no art. 56 da Lei nº 8.666/1993.



## **Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF**

Núcleo de Informações Estratégicas – NIE

Secretaria de Tecnologia da Informação – STI

Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 13 de 19

### **5.10. DOS MECANISMOS FORMAIS DE COMUNICAÇÃO**

5.10.1. Para a execução do objeto descrito neste instrumento, serão utilizados os seguintes mecanismos de comunicação:

5.10.1.1. Telefone indicado pela CONTRATADA para suporte e abertura de registro de reclamações sobre o funcionamento da ferramenta;

5.10.1.2. Meio eletrônico (e-mail ou outro sistema web) com confirmação de recebimento;

5.10.1.3. Ofícios, fac-símile e outros meios formais de comunicação.

5.10.2. A CONTRATADA deverá indicar formalmente um preposto apto a representá-la junto ao CONTRATANTE, o qual deve responder pela fiel execução dos serviços contratados, orientando os técnicos de manutenção que prestarão os serviços de suporte técnico autorizado durante o período da garantia.

5.10.3. Para evitar que o CONTRATANTE fique eventualmente sem acesso ao preposto, deverá ser indicado um substituto.

5.10.4. É vedada a indicação de pessoas estranhas ao quadro funcional da CONTRATADA para desempenharem a função de preposto.

5.10.5. Para informar o descumprimento de alguma norma pela CONTRATADA, será utilizado o envio de ofícios escritos, para ciência e providências.

## **6. DA ESTIMATIVA DE PREÇOS**

6.1. De acordo com pesquisa de preços realizada, o valor do montante estimado da despesa é de até **R\$56.631,60 (cinquenta e seis mil, seiscentos e trinta e um reais e sessenta centavos)**, conforme Anexo II (Estimativa de Preços).

6.2. Para atendimento ao inciso VIII, do art. 24 da Lei nº 8.666/1993, a contratação encontra-se com preço compatível com o mercado, haja vista ser o valor praticado junto com outros órgãos da Administração Pública, conforme se verifica na peça 6 (edoc 2B04CC87-e).



## **Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF**

Núcleo de Informações Estratégicas – NIE

Secretaria de Tecnologia da Informação – STI

Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 14 de 19

### **7. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

7.1. As despesas decorrentes da contratação do objeto deste Projeto Básico correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento do Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF.

7.2. A Secretaria de Contabilidade, Orçamento e Finanças do TCDF indicará o Programa de Trabalho, a fonte, a natureza de despesa, o código de subatividade e outras informações atinentes à classificação orçamentária dos Itens do objeto.

### **8. DAS SANÇÕES APLICÁVEIS**

8.1. Aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não aceitar a Nota de Empenho de despesa, deixar de entregar documentação exigida, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Acordo, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com o Distrito Federal pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

8.2. O atraso injustificado na execução do objeto sujeitará a CONTRATADA à multa de mora, calculada de acordo com os percentuais a seguir, a depender do tempo total de atraso, garantida prévia defesa, sendo observadas eventuais prorrogações de prazo autorizadas a critério do CONTRATANTE.

8.3. Em caso de descumprimento dos prazos estabelecidos neste instrumento, poderá ser aplicada à CONTRATADA multa moratória de valor equivalente a 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) por dia de atraso sobre o custo do serviço, não ultrapassando o limite de 10% (dez por cento) sobre esse valor.

8.4. Para dar efetividade à aplicação da multa de mora, fica estabelecido que será cobrado o valor mínimo de R\$ 100,00 (cem reais) para a multa de mora, quando o seu montante apurado for inferior a este valor.

8.5. Pela inexecução parcial ou total do ajuste, o CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA multa administrativa de 12% (doze por cento) – incidente sobre o valor não executado – ou de 15% (quinze por cento), respectivamente, sobre o valor total da contratação.



## **Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF**

Núcleo de Informações Estratégicas – NIE

Secretaria de Tecnologia da Informação – STI

Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 15 de 19

8.6. O CONTRATANTE poderá, ainda, aplicar à CONTRATADA, juntamente com a multa administrativa prevista no item 8.5, as sanções de advertência, prevista no inciso I, do artigo 87 da Lei nº 8.666/1993, bem como a sanção de impedimento de licitar e contratar com o Distrito Federal.

8.7. Para dar efetividade à aplicação das multas previstas no item 8.5, fica estabelecido que será cobrado o valor mínimo de R\$ 100,00 (cem reais) para cada multa, quando o seu montante apurado for inferior ou igual a este valor.

8.8. A multa de inexecução total do contrato incidirá ainda nos casos em que a CONTRATADA, sem motivo de força maior ou caso fortuito devidamente comprovado, solicitar a rescisão contratual.

8.9. As multas tratadas nesta cláusula serão descontadas do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE, da garantia, quando houver, ou, na impossibilidade de ser feito o desconto, recolhidas pela CONTRATADA mediante depósito em conta corrente do CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobradas judicialmente.

## **9. CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

### **9.1. DO CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS**

9.1.1. Sugere-se que seja adotada a **DISPENSA DE LICITAÇÃO** para fins de contratação da Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - DATAPREV, observados os requisitos, as especificações técnicas e os parâmetros mínimos definidos neste Instrumento, nos termos do art. 24, inciso VIII, da Lei nº 8.666/93.

9.1.2. A contratação é dispensável, uma vez que o objeto se destina à realização de celebração de instrumentos de ajuste com entidades da administração indireta do Governo Federal, para fornecimento de acesso e infraestrutura tecnológica de alto desempenho, capacidade e disponibilidade voltada para compartilhamento e atualização de dados da base cadastral de CPF e CNPJ em meio seguro utilizando a tecnologia *Blockchain*. Motivos esses que reforçam a aplicação específica do enquadramento no art. 24, inciso VIII, da Lei nº 8.666/1993.

9.1.3. Dessa forma, fica descaracterizada a contratação de serviços comuns uma vez que o trabalho a ser desenvolvido tem por natureza atividade de cunho tecnológico, haja vista tratar-se de acesso à base de dados específicas que serão instrumentalizadas do Núcleo de Informações Estratégicas no âmbito do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF).





## **Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF**

Núcleo de Informações Estratégicas – NIE

Secretaria de Tecnologia da Informação – STI

Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 16 de 19

9.1.4. O preço apresentado incluirá todas e quaisquer despesas necessárias para o fiel cumprimento do objeto contratado, inclusive todos os custos com salários, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas do fornecedor, como também transportes de qualquer natureza, hospedagens, passagens, materiais empregados, inclusive ferramentas, utensílios e equipamentos utilizados, aluguéis, administração, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente, se relacionem com o fiel cumprimento pelo Prestador do serviço.

## **9.2. DA HABILITAÇÃO**

9.2.1. Além dos requisitos de habilitação verificados por meio do SICAF, o PROPONENTE deverá apresentar a documentação de habilitação complementar, em momento oportuno, segundo os critérios estabelecidos na legislação vigente:

9.2.1.1. **Certidão Negativa de Débitos com a Fazenda do Distrito Federal**, em conformidade com o art. 193 da Lei nº 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), c/c o inc. XIII do art. 4º da Lei nº 10.520/2002 e art. 14, inc. V, do Decreto Federal nº 5.450/2005 c/c art. 7º do Decreto Distrital nº 25.966/2005. Esta certidão será exigida se não estiver contemplada no SICAF;

9.2.1.2. **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);**

9.2.2. Os documentos que não estejam contemplados no SICAF, ou que nele constem como vencidos, deverão ser remetidos em conjunto com a proposta de preços, em prazo idêntico ao estipulado para a entrega da proposta.

9.2.3. Em caráter de diligência, poderão ser solicitados, a qualquer momento, em original ou por cópia autenticada, os documentos remetidos por fax ou e-mail, bem como correções ou omissões na proposta e documentação remetidas.

## **10. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

10.1. As disposições constantes neste Instrumento foram elaboradas com base nos seguintes normativos:

10.1.1. Lei nº 8.666/1993;





**Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF**

Núcleo de Informações Estratégicas – NIE

Secretaria de Tecnologia da Informação – STI

Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 17 de 19

10.1.2. Resolução TCDF nº 273/2014;

**11. DOS ANEXOS**

11.1. ANEXO II – ESTIMATIVA DE PREÇOS

11.2. ANEXO III – MODELO DA ORDEM DE SERVIÇO

**12. DOS RESPONSÁVEIS PELO PROJETO BÁSICO**

12.1. São responsáveis pelo presente Projeto Básico o chefe do Serviço de Suporte ao Usuário Final (SSUF) e o Supervisor de Planejamento da Contratação (SPC).

**Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF**

Núcleo de Informações Estratégicas – NIE

Secretaria de Tecnologia da Informação – STI

Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 18 de 19

**ANEXO II - ESTIMATIVA DE PREÇOS**

ITEM	QTD	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO (R\$)	VALOR TOTAL ESTIMADO (R\$)
1	12	Acesso para leitura a uma rede blockchain privada (b-CPF) – membro Observador Básico.	R\$ 1.435,92	R\$ 17.231,04
2	1	Implantação (b-CPF)	R\$ 11.084,76	R\$ 11.084,76
3	12	Acesso para leitura a uma rede blockchain privada (b-CNPJ) – membro Observador Básico.	R\$ 1.435,92	R\$ 17.231,04
4	1	Implantação (b-CNPJ)	R\$ 11.084,76	R\$ 11.084,76
VALOR TOTAL ESTIMADO (R\$)				R\$ 56.631,60



**Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF**  
Núcleo de Informações Estratégicas – NIE  
Secretaria de Tecnologia da Informação – STI  
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 19 de 19

**ANEXO III – MODELO DA ORDEM DE SERVIÇO**

<b>TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL</b> STI – Secretaria de Tecnologia da Informação	<b>ORDEM DE SERVIÇO</b>
	Contrato nº
	OS nº

**1. DESCRIÇÃO GERAL DOS SERVIÇOS**


**2. PRAZO PARA EXECUÇÃO**

Data de apresentação da documentação	Data de início	Data de término

**3. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS**


**4. CUSTOS**

Atividade	Valor (R\$)	Total (R\$)
<b>Total</b>		

**5. PARTICIPANTES**

Nome	E-mail	Telefone

**6. ANEXOS**

Documento	Identificação

Brasília-DF, \_\_\_\_, de \_\_\_\_ de 20\_\_.